



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

164 195

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - APELAÇÃO CÍVEL N.º 0175929-3.

APELANTES: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: PARQUE AQUATICO INTERNACIONAL ILHA DO SOL S/C LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 136/2010

*5718
- Petição*

EMENTA: PROCESSUAL CÍVEL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/C AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER COM PEDIDO DE LIMINAR, REPETIÇÃO DO INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS JULGADA PROCEDENTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 13 DO TJPE, QUE ASSIM DISPÕE, *IN VERBIS*: É ABUSIVA A SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA QUANDO MOTIVADA PELO INADIMPLEMENTO DE DÉBITO UNILATERALMENTE ARBITRADO PELA CONCESSIONÁRIA PELO CRITÉRIO DA ESTIMATIVA DE CARGA, APÓS A CONSTATAÇÃO DE SUSPEITA DE FRAUDE. O DANO MORAL SE CONFIGUROU, NA MEDIDA EM QUE A EMPRESA FOI ARBITRARIAMENTE ACUSADA DE FURTO DE ENERGIA ELÉTRICA, ALÉM DE AMEAÇADA ILEGALMENTE DE SOFRER CORTE DE ENERGIA, CAUSANDO-SE, ASSIM, TRANSTORNOS DE ORDEM MORAL ATRELADOS À IMAGEM DA PESSOA JURÍDICA, BEM COMO AO TEMOR DE INTERRUPTÃO DAS ATIVIDADES DO CLUBE. CONTUDO, EMBORA EXISTENTE O DEVER DE INDENIZAR, O VALOR FIXADO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA ULTRAPASSA OS LIMITES DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PROVIMENTO PARCIAL DO APELO PARA REDUZIR O VALOR INDENIZATÓRIO PARA R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em dar provimento ao apelo, para reduzir a condenação a título de danos morais, arbitrando-se no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidente juros de mora de 1%(um por cento) a partir do evento danoso (Súmula nº 54 do STJ) e correção monetária incidente a partir desta decisão, de acordo com INPC, ficando as custas e honorários advocatícios nos termos da sentença, nos termos do voto proferido pelo Desembargador Relator.*

Recife, 18 de maio de 2010.

Des. Milton José Neves
Relator.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL - APELAÇÃO CÍVEL N.º 0175929-3.

APELANTES: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

APELADO: PARQUE AQUÁTICO INTERNACIONAL ILHA DO SOL S/C LTDA

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO-

Apelação Cível interposta por:

Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Contra sentença proferida em:

Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c ação cominatória de obrigação de não fazer com pedido de liminar *inaldita altera pars* e indenização por danos morais.

Da lavra do Juízo da:

2ª Vara Cível da Comarca de Petrolina.

Na qual são partes:

Parque Aquático Internacional Ilha do Sol S/C Ltda (autora) e Companhia Energética de Pernambuco - CELPE (ré).

Discute-se na causa, em síntese:

Desconstituição de dívida decorrente de ato ilícito, abstenção de corte do fornecimento de energia elétrica, repetição do indébito e percepção de danos morais.



166 197
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:

Partindo de uma dedução lógica, pode-se dizer que a atitude da parte ré causa uma sensação de estranheza, pois, mesmo verificando mensalmente o medidor no ato de aferição do consumo, nunca observou que o mesmo encontrava algum tipo de avaria. E quando vindo a perceber o dano, atribui ao consumidor uma dívida concernente à diferença calculada em nada menos que vinte e quatro (24) meses de consumo.

O modus operandi utilizado pela concessionária, para calcular a quantidade de energia consumida e não medida foi feito por meio da estimativa, tendo como parâmetro a carga instalada na casa, no momento da verificação da irregularidade, aplicando-se fatores de carga e de demanda, obtidos a partir de outras unidades consumidoras que possuam atividades análogas, multiplicado-se por vinte e quatro (referente a quantidade de meses em que o medidor foi possivelmente utilizado com avarias); estas medidas foram confeccionadas pelos técnicos da própria empresa.

No meu sentir, a atitude adotada pela suplicada não deve prosperar, tendo em vista que esse tipo de procedimento é extremamente lesivo ao consumidor, pois permite o livre alvedrio do mais forte (empresa concessionária), ante ao mais fraco (consumidor). Até porque, de acordo com o que foi visto nos autos, a demandada não solicitou a perícia de órgão metrológico oficial, para que este fizesse a devida verificação do medidor da residência do suplicante, desrespeitando o que dispõe o art. 72, II da resolução 456/2000 da ANEEL, que assim diz:

Constatada a ocorrência de qualquer procedimento irregular cuja responsabilidade não lhe seja atribuível e que tenha provocado faturamento inferior ao correto, ou no caso de não ter havido qualquer faturamento, a concessionária adotará as seguintes providências:

(...)

II – Solicitar os serviços de perícia do órgão competente vinculado à segurança pública e/ou do órgão metrológico oficial, este quando se fizer necessária a verificação do medidor e/ou demais equipamentos de medição;



16x 198
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Está claro que a metodologia seguida pela ré não é a adequada, principalmente por se tratar de relação de consumo; a prova juntada pela ré, que atesta a existência de fraude foi feita baseando-se em laudo pericial unilateral; não trazendo à baila qualquer outro documento que reforce as suas alegações, ferindo claramente os princípios da isonomia e da razoabilidade. Não deve portanto, merecer a complacência do Judiciário. O Código de Defesa do Consumidor no seu art. 51, IV é claro dispondo que:

"São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que:

IV- estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade."

O réu em sua defesa alega que o procedimento adotado não decorreu de forma unilateral, asseverando que os seus padrões de aferição são certificados pelo IBMETRO, e sendo ainda que os processos são acompanhados por metrologistas do IPEM/PE, e que, portanto, agiu de acordo com a lei.

Tal assertiva não deve prosperar, pois, como já foi dito acima, a demandada não traz nenhum documento que comprove que algum órgão metrológico oficial também procedeu com a perícia para a verificação das possíveis irregularidades. Até porque no único documento que trouxe nesse sentido (fls.101), não é possível identificar qualquer assinatura de membro IPEM/PE, ratificando a perícia realizada pelos técnicos da CELPE; além do que, o material probatório que traz o resultado da perícia contém o timbre da ora ré.

Observando a planilha de cálculo de fls.27, que demonstra o histórico de consumo, não há disparidade de números que comprovem qualquer desvio; na unidade ocorreu uma variação de 2.254,00 kWh em dezembro de 2006, a 10.659,00 kWh no mês de maio de 2006. As datas indicam um maior ou menor consumo de energia, porém não podem ser um indicativo de que houve desvio, pois em alguns meses até subiu o consumo, o que confirma a variação de energia. Até porque, após mudança do medidor antigo, no



168
109

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

qual se alegava este possuir irregularidades, os valores permaneceram nos mesmos patamares, conforme se vê nos documentos de fls. 30/51 (contas elétricas do período entre 15/12/2005 a 15/04/2007).

É de se salientar que a atividade exercida pela demandante requer grandes quantidades de energia, já que se trata de empresa voltada para o ramo do lazer, com várias piscinas em funcionamento. Conclui-se portanto, que a variação do consumo ao longo dos meses se dá porque esse tipo de negócio, notoriamente tem seus momentos de picos na frequência de seus associados, em razão de férias, verão, etc, o que favorece o aumento ou diminuição de contas.

Por via de consequência, a fatura no valor de R\$ 45.380,32 se mostra ilegal, indevida e abusiva. Assim, acolho o pedido de desconstituição de débito.

No que diz respeito ao dano moral, esta restou evidenciada, senão vejamos:

De acordo com o que foi visto no processo, não se teve notícias de que houve interrupção no fornecimento de energia; porém há a comunicação de possível interrupção do fornecimento de energia, constituindo-se no caso, ameaça de corte.

Assim, comprovado o erro no procedimento unilateral utilizado pela concessionária, que acusa o autor de ter pago um valor inferior em relação ao que realmente consumiu de energia, sendo que, através de desvio de energia; a ameaça de cessação do uso e gozo da energia elétrica é verdadeiramente uma agressão ao direito de personalidade do autor.

Conforme demonstrado acima, a desconstituição de débito pleiteada pelo autor restou exitosa, com isso, a cobrança acabou por se tornar ilegal e abusiva.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco tratando do tema editou a súmula de nº13, que assim diz:

"É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica,



169 200
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude."

Diante do exposto, pode-se concluir que verdadeiramente o autor sofreu danos na esfera do seu direito imaterial. Há um nexo de causalidade entre o dano moral sofrido pelo autor e a conduta cometida pelo réu, dando ensejo a todos os elementos caracterizadores da responsabilidade civil, e conseqüentemente gerando o dever de indenizar, conforme se depreende da leitura do art. 186 do Código Civil:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

A parte apelante não suscitou nenhuma preliminar.

Não houve preliminares levantadas pela parte apelada.

No mérito, alega a parte apelante, em síntese:

A inspeção é realizada por técnicos capacitados, que desenvolvem uma atividade estatal, na qualidade de concessionários do serviço público.

(...)

Ao final do Termo de Ocorrência de Irregularidade, o responsável pela unidade consumidora declara que acompanhou o procedimento de inspeção e ficou ciente dos fatos e/ou irregularidades descritas naquele, nada tendo a reclamar da conduta dos inspetores da demandada.

Este procedimento deve ser respeitado por qualquer concessionária de energia elétrica no Brasil, e restou totalmente atendido pela CELPE, sendo este o aplicado ao presente caso, não havendo que se falar em qualquer comportamento lesivo ao consumidor, consoante dispõe a sentença.

Além disso, cumpre destacar que a CELPE oferece prazo para recurso, aplicando assim, o princípio do contraditório e da ampla defesa, a fim de que o apelado apresente defesa quanto à matéria que lhe convier.



170
2021

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Ademais, existem casos de irregularidade que podem ser sanados pelo próprio inspetor no ato da inspeção, sem a necessidade da troca do medidor. Porém, existem outras hipóteses de irregularidades no medidor que devem ser averiguadas em laboratório técnico próprio para esta finalidade. Quando se faz necessária a retirada do medidor, este é depositado em embalagem lacrada na presença do consumidor, e este fica cientificado que os lacres do medidor, caixas e cubículos, só poderão ser rompidos na presença do representante legal da concessionária, conforma art. 36 da Resolução 456/2000 da ANEEL.

Ante os fatos acima narrados, a empresa Apelante sustenta a legalidade do procedimento de constatação das irregularidades perpetradas pela Apelada e conseqüente emissão de fatura, bem como, a manifesta idoneidade dos parâmetros legais utilizados para o cálculo da energia consumida e não medida.

Pede, por fim, a reforma da sentença ou alternativamente a redução do montante estipulado no tangente dos danos morais.

Em suas contrarrazões, a parte apelada aduz:

Insta-nos mencionar que a suposta violação foi detectada apenas pelos prepostos da apelante, que retiraram o medidor do quadro de energia da sede do apelado sem disto dar ciência a qualquer funcionário do Clube, atribuindo-lhe o suposto desvio de energia, cobrando-lhe pela diferença de consumo não cobrado a quantia absurda de R\$ 45.380,32 (quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta reais e trinta e dois centavos). Assim o fazendo, taxou o apelado de ladrão de energia elétrica, o que causou grande indignação aos sócios do recorrido.

Conforme se vê nos autos, outra irregularidade praticada pela apelante deu-se em razão de que ela própria realizou a perícia no aparelho supostamente violado, quando na realidade tal perícia deveria ficar a cargo de terceira pessoa habilitada, neste caso o INMETRO ou IPEN/PE – art. 72, II da Resolução 456 de 2000 da ANEEL, órgãos oficiais e competentes para tanto. Ou seja, de forma unilateral detectou a suposta irregularidade, sem dar ciência ao apelado, e sem possibilitar o contraditório e a ampla defesa.



132
202

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

A demanda proposta pelo Clube Ilha do Sol limitou-se em tentar desconstituir a ilegal cobrança de multa imposta, que lhe acarretaria na suspensão do fornecimento de energia elétrica, fato este, de logo, repudiado pelo MM Juízo monocrático, que em sede de liminar determinou que a CELPE não realizasse qualquer corte nesse sentido, como também, em buscar a condenação pelos danos morais sofridos ato ilícito praticado, que, repita-se, não foram poucos.

É o relatório. Feito que se submete à revisão.

Recife,

11 de maio de 2010


Desembargador Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

1x2
203

VOTO

MÉRITO

Ementa: Processual Civil. Apelação Cível. Ação declaratória de inexistência de relação jurídica c/c ação cominatória de obrigação de não fazer com pedido de liminar, repetição do indébito e indenização por perdas e danos julgada procedente. Incidência da súmula n.º 13 do TJPE, que assim dispõe, *in verbis*: *É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária pelo critério da estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude*. O dano moral se configurou, na medida em que a empresa foi arbitrariamente acusada de furto de energia elétrica, além de ameaçada ilegalmente de sofrer corte de energia, causando-se, assim, transtornos de ordem moral atrelados à imagem da pessoa jurídica, bem como ao temor de interrupção das atividades do clube. Contudo, embora existente o dever de indenizar, o valor fixado em primeira instância ultrapassa os limites da razoabilidade e da proporcionalidade. Provimento parcial do apelo para reduzir o valor indenizatório para R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

A fim de facilitar o deslinde da controvérsia perante este órgão julgador, enfrentarei as questões meritórias dividindo-as em tópicos.

.....

A respeito da 1ª tese recursal de mérito:

Regularidade do procedimento de constatação de medidor viciado.

Fundamento juridicamente meu voto, nos seguintes termos:

Cuido não prosperar a argumentação apelatória, eis que o *modus operandi* utilizado pela apelante à constatação do vício no medidor é todo ele elaborado no bojo de laudo pericial unilateral, firmado unicamente pelos prepostos da concessionária, sem qualquer intervenção de órgãos oficiais especializados, a exemplo do INMETRO ou IPEN, comportamento vulnerador da previsão do art. 72, II, da Resolução 456/200 da ANEEL.



123
204

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Nesse diapasão, inexistente nos autos qualquer meio probante ensejador da observância legal, no particular, devendo ser acentuado que o histórico de consumo através da planilha de fl. 27 não induz disparidade numérica a justificar a ocorrência de desvio, posto que, em alguns meses consoante, asseverado, até subiu o consumo, confirmando a variação da energia consumida, fato desabonador da tese inconformista. Assim, observo que após a substituição do medidor antigo, objeto de apontadas irregularidades, os valores continuaram em idênticos patamares, o que se deduz dos documentos acostados às fls. 30/51.

Por pertinente, é de ser explicitado que a atividade principal da ora apelada, voltada ao ramo do lazer, requer consumo de vultosa quantidade de energia, daí a oscilação de recursos dos meses pesquisados, acarretando notória abusividade da fatura, implicando a declaração de desconstituição da dívida.

Por derradeiro, vale asseverar que a previsão do art. 333 do CPC regula a distribuição do ônus da prova, ou seja, a quem cabe exercitar a prova e as consequências de sua omissão, sendo atribuição do autor provar o fato constitutivo no seu direito e ao réu o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito deduzido na inicial, pelo que, por via de consequência caberia a apelante provar que o rompimento do lacre e o desvio de energia efetivamente ocorreram, porém, jamais transferir tal obrigação ao apelado, ante a declarada inércia do recorrente.

É de ser rejeitado esse tópico da insurgência.

A respeito da 2ª tese recursal de mérito:

Pretendida reforma sentencial da rubrica de danos morais.

Fundamento juridicamente meu voto, nos seguintes termos:

Após detido exame, não é de prosperar o argumento insurgente de que ocorreu, na espécie, a culpa exclusiva da vítima como causa excludente do dever de indenizar, porquanto restou evidenciada situação fática propiciadora de danos morais, eis que houve, na hipótese, comunicação de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

134
205
/

possível interrupção de fornecimento de energia, induzindo latente ameaça de corte.

Ora, ficando comprovado o erro do procedimento unilateral da apelante, ao acusar o autor de desvio ou furto de energia, a mera insinuação de cessação do provimento energético redundava em verdadeira agressão ao direito de personalidade, a teor da súmula nº 13 deste TJPE, que dispõe: *É abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude.*

No mais, diviso que o dano moral se configurou, na medida em que a empresa foi arbitrariamente acusada de furto de energia elétrica, além de ameaçada ilegalmente de sofrer corte de energia, causando-se, assim, transtornos de ordem moral atrelados à imagem da pessoa jurídica, bem como ao temor de interrupção das atividades do clube.

Contudo, embora existente o dever de indenizar, o valor fixado em primeira instância ultrapassa os limites da razoabilidade e da proporcionalidade. Com efeito, o importe de 100 (cem) salários mínimos, aproximadamente, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), revela-se exorbitante diante das circunstâncias do caso concreto.

Nesse sentido, vejamos: a empresa não chegou a sofrer efetivo corte de energia, ficando comprovada apenas a ameaça de tal procedimento, no caso de inadimplemento. Ademais, embora o parecer da CELPE tenha apontado unilateralmente suposta manipulação no registro de consumo, há no laudo técnico possibilidade de a consumidora recorrer administrativamente, no prazo de 10 (dez) dias, a fim de solicitar a aferição do medidor por órgão metrológico oficial, conforme art. 38, parágrafo 3.º, da Resolução da ANEEL n.º 456/2000 (fl. 101).

Sendo assim, reputo cabível a redução do *quantum* de 100 (cem) salários mínimos para o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Aponto, ainda, a jurisprudência aplicável ao caso:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DO CONSUMIDOR - DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE AUTO DE INFRAÇÃO E MEDIDA CAUTELAR INOMINADA - ENERGIA ELÉTRICA - FRAUDE NO MEDIDOR - SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO - SENTENÇAS SIMULTÂNEAS - PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. MANUTENÇÃO PARCIAL DO DECISUM. I - PRELIMINAR DE INAPLICABILIDADE DO ENUNCIADO DA SÚMULA 13 DO TJPE, INACOLHIA POR UNANIMIDADE. II - MÉRITO - MATÉRIA AMPARADA PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 22, PARÁGRAFO ÚNICO) - ATOS DE CONCESSIONÁRIA NÃO TÊM PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE - IMPOSSIBILIDADE DE EXIGIR-SE UM SUPOSTO DÉBITO SOB A AMEAÇA DE CORTE DE ENERGIA ELÉTRICA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 13 DO TJPE - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA INDEVIDA. AUSÊNCIA DE CAUSA JURÍDICA. CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO DO SERVIÇO ASSEGURADA - CONSOLIDAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR - DANO MORAL CONFIGURADO - DEVER DE INDENIZAR - REDUÇÃO DO QUANTUM - CABIMENTO - OBEDIÊNCIA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE - PROVIMENTO PARCIAL DO APELO - DECISÃO UNÂNIME. Preliminar de inaplicabilidade do enunciado da Súmula 13 do TJPE. É pacífico o entendimento jurisprudencial no sentido de que o inadimplemento de débitos antigos de «energia» elétrica, inclusive quando se trata de faturas originárias de ocorrência de fraude na medição elétrica não autoriza a suspensão do serviço, devendo a empresa fornecedora de «energia» valer-se das medidas judiciais adequadas para exigir o pagamento. Nesse sentido o Tribunal de Justiça de Pernambuco editou a Súmula 13: "É abusiva a suspensão do fornecimento de «energia» elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude". Tal enunciado é perfeitamente aplicável ao caso concreto, ante a ausência de prova inequívoca da ocorrência da referida fraude, ônus que cabia à apelante, a teor do art. 6º do CDC. Mérito. A matéria é amparada pelo Código de Defesa do Consumidor, por se tratar o fornecimento de «energia» elétrica de serviço público essencial. A aplicação de tais normas é obrigatória nas relações das concessionárias de serviços públicos com seus usuários, a teor do art. 22, parágrafo da lei consumerista. A fixação da indenização por danos morais em R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais),



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

176
207

correspondente a, aproximadamente, 100 (cem) salários mínimos, afigura-se exorbitante. É devida a redução para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que vem sendo fixado por este Tribunal para casos semelhantes. (TJPE. Apelação cível n.º 166131-4, Desembargador Relator Eduardo Augusto Paurá Peres, j. 5.3.2009)

Como resultado do meu voto:

Bem por isso, dou provimento parcial ao apelo, para reduzir a condenação a título de danos morais, arbitrando-a no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidentes juros de mora de 1% (um por cento) a partir do evento danoso (súmula n.º 54 do STJ) e correção monetária incidente a partir desta decisão, de acordo com o INPC, ficando as custas e honorários advocatícios nos termos da sentença.

É o voto.



177
208
/

PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. **SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO**
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 176929-3

Apelante – CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO
Apelado – PARQUE AQUÁTICO INTERNACIONAL ILHA DO SOL
LTDA.

Relator - DES. MILTON JOSÉ NEVES

Revisor - DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

REVISÃO

Trata-se o presente, de Apelação Cível interposta pela CELPE Companhia Energética de Pernambuco, contra a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Petrolina, que julgou parcialmente procedente o pedido de contido na Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídica c/c Obrigação de Fazer e de Indenização por Danos Morais, consistente na alegada apuração de fraude no consumo de energia elétrica e ameaça de corte do seu fornecimento.


O Juiz sentenciante desconstituiu a fatura unilateralmente arbitrada, condenou a Apelante no pagamento de 100 salários mínimos como indenização por perdas e danos e ordenou que a mesma se abstivesse de proceder com o corte no fornecimento de energia elétrica, além do pagamento dos encargos incidentes.

Insatisfeita, busca a Apelante a reforma do julgado, alegando que a irregularidade foi apurada com a identificação do Apelado, através de técnicos capacitados que confirmaram a irregularidade existente e a cobrança do consumo de energia dos vinte e quatro meses anteriores a constatação da irregularidade.

É sabido que a verificação de possível irregularidade no medidor do consumo não pode ser feita de forma unilateral, nem tampouco apurar possível dívida por estimativa.

Nesse particular entendo que agiu com correção o Juiz sentenciante, todavia com relação à fixação do valor da indenização por danos morais a mesma foi exorbitante e para tanto deve o seu valor ser reduzido para R\$ 5.000,00.

Assim, deve o Apelo ser acolhido em parte, apenas para reduzir o valor da indenização por danos morais, mantendo-se quanto ao mais os termos da sentença proferida.



Isto posto, dou provimento em parte ao recurso, tão-somente para reduzir o valor da indenização por danos morais, para R\$ 5.000,00.

128
207

É como voto.

Recife,

11/5/10


Des. Silvio Beltrão
Revisor